

cadernos
IHU
ideias

Sobre
o
dispositivo

Foucault, Agamben, Deleuze

Sandro Chignola

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Sobre o dispositivo.
Foucault, Agamben, Deleuze¹

On dispositif.
Foucault, Agamben, Deleuze

Sandro Chignola
Università di Padova

Resumo

Como qualquer um que tenha lido na íntegra os textos de Foucault, Agamben reconhece que, na metade dos anos 1970, o uso do termo “dispositivo” por Foucault é frequente e generalizado. Muitos críticos, e até mesmo Agamben, notaram que este uso do termo por Foucault nunca teve uma definição completa. O que entra em questão é uma espacialização drástica da história. Através dela, Foucault objetiva desativar a noção de evolução ou de desenvolvimento que está implícito na história das ideias ou nas teorias da racionalização. Este será um dos motivos da sua constante desconfiança tanto em relação a Max Weber quanto a Escola de Frankfurt. Reconduzir a retomada dos sistemas de pensamento ao possível – isto é, à “experiência nua” (*expérience nue*) da ordem e de “seus modos de ser”, como Foucault define – significa atingir o plano sobre o qual está a “atitude positiva” do conhecimento implantado nos saberes que definem a ordem do discurso de uma determinada fase histórica. Perguntamo-nos então, sobre a sua origem, onde Foucault buscou o termo “dispositivo”. Para me aproximar do problema, vou me concentrar, nesta ocasião sobre uma densa conferência agambeniana de 2006.

Palavras-chave: dispositivo, Agamben, Foucault, Deleuze.

Abstract:

As anyone who has read the full texts of Foucault, Agamben acknowledges that, in the mid-1970s, the use of the term ‘dispositif’ for Foucault is frequent and widespread. Many critics, and even Agamben, noted that this use of the term Foucault never had a complete definition. What comes into question is a drastic spatialization of history. Through it, Foucault aims to disable the notion of evolution or development that is implicit in the history of ideas or theories of rationalization. This will be one of the reasons for his constant distrust in relation to both Max Weber and Frankfurt School. Bring resumption of the possible systems of thought - that is, the “naked experience” (*nue expérience*) and the “ways of being,” as Foucault defines - means reaching the plane on which is the “positive attitude” knowledge implanted in the knowledge that define the order of discourse of a particular historical period. We wondered then about its origin, where Foucault sought the term “dispositif”. To approach the problem, I will focus on the occasion of a dense agambenian conference in 2006.

Keywords: dispositif, Agamben, Foucault, Deleuze.

1 Este artigo é resultado de uma palestra ministrada pelo Prof. Sandro Chignola, na Unisinos, em 25 de setembro de 2014.

cadernos **IHU** ideias

Sobre o dispositivo
Foucault, Agamben, Deleuze

Sandro Chignola
Università di Padova

Tradução de Sandra Dall Onder

ano 12 • nº 214 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

 **UNISINOS**

**INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS**



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XII – Nº 214 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

SOBRE O DISPOSITIVO. FOUCAULT, AGAMBEN, DELEUZE

Sandro Chignola

Università di Padova

Antes de tudo, gostaria de agradecer pelo convite e, sobretudo, agradecer ao professor Castor Bartolomé Ruiz, que é o responsável pela minha vinda. Há vários anos eu realizo palestras e seminários na América Latina, mas esta é apenas a segunda vez que tenho a oportunidade de fazê-lo no Brasil. É curioso que, em ambas as ocasiões, tenham pedido que eu falasse sobre Agamben. Desta vez terei de fazê-lo, ainda por cima, em castelhano. Agamben é um dos intelectuais italianos mais prolíficos e influentes em todo o mundo, e, portanto, não é fácil, pelo menos para mim, discutir a sua obra. Antes de tudo pela sua imensidão e complexidade. Nesta ocasião, esta tarefa foi facilitada pelo pedido explícito que me foi feito. Ou seja, falar do conceito de dispositivo em Agamben e em Foucault, autor que nos escritos de Agamben teve uma presença cada vez mais densa, desde meados dos anos 1990. Sobre a relação de Agamben com Foucault, circulam na literatura numerosos estudos. Basta consultar o número 10 (2010) de “Foucault Studies” ou as obras de Tom Frost (*Agamben’s Sovereign Legalization of Foucault*, “Oxford Legal Studies”, 30, 3 (2010), 545-577); Mika Okajangas (*Impossible Dialogue on Biopower*, “Foucault Studies”, 2 (2005), 5-28); Colin McQuillan (*Philosophical Archeology in Kant, Foucault and Agamben*, “Parrhesia”, 10 (2010), 39-49; *Agamben’s Fictions*, “Philosophical Compass” 7/6 (2012), 376-387); Katia Genel (*Le biopouvoir chez Foucault et Agamben*, “METHODOS. Savoir et textes”, 4 (2004), republicado posteriormente em inglês, *The Question of Biopower: Foucault and Agamben*, “Rethinking Marxism”, 18, 1 (2006)); entre tantos outros. Isto se deve ao fato de que o próprio Agamben – muitas vezes em ocasiões importantes para a definição dos rumos e dos instrumentos do próprio objeto de pesquisa – fala diretamente sobre Foucault. Isto acontece quando Agamben fala de biopoder e de biopolítica (em muitos dos volumes que compõem *Homo sacer*), quando retoma o tema da arqueologia filossófica (em *Signatura rerum*, e também em *Il sacramento del linguaggio. Archeologia del giuramento*), quando retoma o tema foucaultiano de sujeição e subjetivação. Pontos de articulação

decisivos do trajeto da pesquisa de Agamben são colocados sob o signo de Foucault, e poder-se-ia dizer que, na vasta rede de referências cruzadas que são estruturadas na análise agambeniana, Foucault, juntamente com Benjamin, Arendt e Heidegger, é considerado um ponto cardeal na sua orientação.

Para me aproximar do problema, vou me concentrar, nesta ocasião – quem quiser conhecer alguma das minhas críticas sobre Agamben poderá ler, em castelhano, o seminário que fiz sobre *Altissima povertà*, livro por ele publicado em 2011 (S. Chignola, *Regla, Ley, Forma de Vida. Alrededor de Agamben: un seminario*, “Pleyade”, 12, julio-diciembre 2013, 57-97, texto, meu, que deverá ser lançado no Brasil em 2015, em português) – sobre a densa conferência agambeniana de 2006.

O título desta última, *Che cos'è un dispositivo*, retoma o título de um importante ensaio de Gilles Deleuze, apresentado no *Colloque international* dedicado à filosofia de Michel Foucault, organizado, após a sua morte, pela *Association pour le centre Michel Foucault*, encarregada de organizar os textos inéditos e promover a edição dos *Corsi* de Michel Foucault no Collège de France. Retomarei mais adiante este texto – admirável – de Deleuze. Interessa-me, porém, neste momento analisar em que modo Agamben coloca esta questão.

Como qualquer um que tenha lido na íntegra os textos de Foucault – não somente os grandes livros foucaultianos, mas também os artigos, as conferências, os seminários, os Cursos realizados por ele no Collège de France, cuja edição ainda não está concluída, e, acima de tudo, as entrevistas, a série de textos que Deleuze considera parte integrante e extensão da pesquisa foucaultiana –, Agamben reconhece que, na metade dos anos 1970, o uso do termo “dispositivo” por Foucault é frequente e generalizado. Muitos críticos, e até mesmo Agamben, notaram que este uso do termo por Foucault nunca teve uma definição completa.

Perguntamo-nos então, sobre a sua origem, onde Foucault buscou o termo “dispositivo”. O argumento de Agamben é sugestivo. Foucault teria escolhido o termo como um “Ersatz” do conceito de “positividade” que ele havia utilizado anteriormente e tomado de Jean Hyppolite (*Introduction à la philosophie de l'histoire de Hegel*, 1948).

Este não é o local, obviamente, para discutirmos a relevância de Hyppolite para Foucault e para toda a geração de filósofos franceses que com ele se formou. O que nos interessa neste momento é a tese de Agamben. Hyppolite usa o termo positividade, retomando-o do jovem Hegel. Hegel, no texto dos anos 1795-96 (*Die Positivität der christlichen Religion*), usa o termo “religião positiva” em oposição à religião natural. Enquanto esta última está imediatamente relacionada à razão humana e a Deus, uma religião positiva implica, por outro lado, “sentimentos

que estão gravados na alma através de uma constrição e de comportamentos que são o resultado de uma relação de comando e obediência, e que acontecem sem um interesse direto” (*nur auf Befehl und Gehörsam ohne eigenes Interesse getan werden*, escreve Hegel). A passagem é, sem dúvida, de interesse para o duplo movimento que Agamben destaca: não somente uma religião positiva – ou seja, *institucionalizada, histórica* – codifica uma relação de comando e obediência por meio dos rituais, liturgias ou regras que se impõem sobre o assunto a partir do exterior, mas, e este é o segundo motivo, funciona a partir *do interior* sobre o fiel, que internaliza como sentimentos, atitudes e formas de sua própria autopercepção e autoconsciência, fórmulas e preceitos em que a religião se “positiviza” como instituição. A conclusão de Agamben sobre Foucault, em relação a este primeiro ponto, é que ele teria tomado de Hegel, via Hyppolite, esta noção de «positividade», termo efetivamente recorrente nos escritos foucaultianos dos anos 1960, para aludir ao elemento histórico e para colocar o problema da relação entre os indivíduos e o conjunto definido pelas instituições, pelos processos de subjetivação que esses mantêm sob tensão, das regras onde se concretizam as relações de poder. “Dispositivo” seria o termo (meio misterioso, na verdade) escolhido na década de 1970 para preencher o papel anteriormente atribuído à “positividade”. Judith Revel, uma das mais importantes estudiosas de Foucault, sugere outra derivação. Ou melhor, outra forma de substituição. “Dispositivo”, termo que Foucault utiliza amplamente e que aprofunda a perspectiva genealógica emprestada de Nietzsche, seria de tomar para si o papel ocupado anteriormente por outro termo foucaultiano, isto é, “episteme”, que já tinha um papel central em *Les mots et les choses* (1966). A relação entre “episteme” e “dispositivo”, na verdade, ocorre em um dos poucos textos em que Michel Foucault procurou definir o que se entende por este termo (*Le jeu de Michel Foucault* (1977), entretien avec D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J. Miller, J.-A. Miller, C. Millot, G. Wajeman, Ornicar? Bulletin périodique du champ freudien, n. 10, 62-93; ora in DEII, 298-329). Em uma página muito densa da introdução do livro de 1966, Foucault coloca imediatamente em relação à positividade e a episteme. O objeto de pesquisa que Foucault, retomando o termo kantiano e aludindo a um livro que estaria por vir, já qualifica como “arqueológica”, é a região mediana (*région médiane*) que se estende entre os padrões de percepção e linguísticos que moldam a experiência de mundo e o conjunto de saberes, procurando dar uma interpretação teórica ou científica do mesmo.

Esta região mediana, separada tanto pela língua quanto pelo pensamento, porque organiza uma “cultura”, isto é, o conjunto de relações que liga os diferentes tipos de discurso em uma época determinada, não como uma sobredeterminação ge-

ral ou como sua “base” comum, mas como aquilo que torna possível a sua simultaneidade e o jogo das suas diferenças, Foucault chama de “campo epistemológico” (*champ épistémologique*) ou ‘episteme’: o sistema de “condições de possibilidade”, em que o conhecimento submerge a sua positividade.

O que entra em questão é uma espacialização drástica da história. Através dela, Foucault objetiva desativar a noção de evolução ou de desenvolvimento que está implícito na história das ideias ou nas teorias da racionalização. Este será um dos motivos da sua constante desconfiança tanto em relação a Max Weber quanto a Escola de Frankfurt. Reconduzir a retomada dos sistemas de pensamento ao possível – isto é, à “experiência nua” (*expérience nue*) da ordem e de “seus modos de ser”, como Foucault define – significa atingir o plano sobre o qual está a “atitude positiva” (*socle positif*) do conhecimento implantado nos saberes que definem a ordem do discurso de uma determinada fase histórica.

Um “campo epistemológico” é cortado pelo fluxo da evolução como “o espaço da ordem” que tornou possível o estabelecimento de um saber que a análise visa rastrear – para retomar por vez as suas palavras – o “a priori histórico” e o elemento de “positividade” onde “poderiam aparecer ideias, ciências constituídas, experiências refletidas em filosofias, racionalidade, para talvez descartar e decadência” (MC 12-13). Regras de formação e de transformação de sistemas de pensamento espacializados em campos epistemológicos e não organizados em uma série de desenvolvimento: isto é o que interessa Foucault nos anos 60.

Retomo a entrevista de 1977. Nela Foucault coloca em relação os conceitos de “episteme” e “dispositivo”, sendo um dos poucos textos em que se arrisca a fazê-lo, aproximando-se quase a uma definição do mesmo. O que eu chamo de “dispositivo”, diz Foucault, é um caso de “episteme” muito mais geral. O “dispositivo” é caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos.

Acredito que esta afirmação deva ser levada a sério. O que marca a reorientação da pesquisa de Foucault, na segunda metade da década de 1970? Foucault, nesta entrevista, nos propõe uma resposta em primeira pessoa. Tratava-se, disse ele, de superar o impasse em que se encontrava quando escreveu *Les mots et les choses*. O conceito de “episteme” tinha se mostrado adequado para substituir, tal como estabelecido na sua área de referência e estrutura do discurso – a “episteme” que aqui é definida como um “dispositif spécifiquement discursif” –, mas demonstrou ser inutilizável para as pesquisas destinadas a sondar aqueles que, com uma óbvia referência a Wittgenstein, que daqui a pouco aprofundaremos, Foucault passa a chamar de “jogos de poder” (DEII, 300-301). Um dispo-

sitivo não é apenas a ordem epistêmica que esgota o dizível ou exprimível de uma era, mas a relação de força dos saberes e que se alimenta dos saberes: “c’est ça le dispositif: des strategies de rapports de forces supportant des types de savoir, et supporté par eux” (DEII, 300).

Com o termo “dispositivo” Foucault emerge da análise discursiva. Ou melhor, descentraliza a sua análise dos textos da filosofia – a esta, no fundo, se referem a análise da teoria da representação, da linguagem, da ordem natural, da riqueza e do valor que Foucault chama de idade clássica – para acessar o espaço estriado pelo rumor dos saberes filosoficamente anônimos; isto é, atribuível somente ao fazer e desfazer das táticas e estratégias, que serão visualizadas como trajetórias de movimento de um poder do qual será desconstruído, ainda que na sua fórmula exclusivamente jurídica. Um dispositivo é, portanto, em primeiro lugar, o ponto de ligação de elementos heterogêneos: discursos, sim, mas também os regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas e morais, tecnologias. Isto se faz necessário, em um dado momento e em um campo específico, como resposta a um objetivo estratégico. Este é o segundo momento da definição de Foucault. Tomemos o problema, que marca as etapas do que Marx chamou de acumulação primitiva, da reabsorção de uma massa de pessoas que se desloca, sem rumo e pobre que representa um problema para a sociedade mercantilista. O objetivo estratégico de controlá-la e discipliná-la em relação ao trabalho – são as análises que Foucault conduzirá entre o *Cours* de 1972-73 dedicado à *La société punitive* e *Surveiller et punir* (1975) – dão origem a um “dispositivo”, a prisão, cuja matriz de submissão, feita pela intrincada ideia de *expertise* dos teóricos das penalidades, de tipo filantrópico, do discurso moral e da teoria filosófica, da organização material de espaços eficientes de contenção e clausura, que poderão ser aplicados fora do campo da economia e orientar a retomada interna das táticas de controle, desenvolvidas em campos radicalmente diferentes daqueles da saúde, do tratamento da loucura ou da neurose, da educação dos jovens. Hospitais, fábricas, prisões, asilos, escolas representam, no final do século XVI e meados do XVII, diferentes aplicações de um dispositivo que se alimenta dos elementos estratégicos que ligam e definem a sua referência imediata, também do ponto de vista polêmico. Daí uma consequência fundamental. Um dispositivo representa um processo de superdeterminação funcional em relação aos elementos heterogêneos que este coloca em rede e que o valoriza, mas sem condições de controlar até o fim, como se ele pudesse prever do alto o sistema de consequências que induz, o sistema de relações que é colocado no lugar, interligando-os. A prisão, a partir deste ponto de vista, busca o objetivo estratégico de colocar sob vigilância e cunhar o que é defini-

do como o inverso do sujeito coletivo jurídico (o povo), que podemos chamar, sem esforço, de multidão, mas é o seu sucesso, isto é, o mecanismo de concentração, de seleção e de filtragem de mobilidade de marginais e irregulares que ela realiza, dando origem a uma população marginal profissional, como aquela que encontramos como espectro, no início do século XIX, na literatura burguesa.

Este é apenas um exemplo, é claro, mas este exemplo é útil para analisar algumas coisas decididamente importantes, se quisermos compreender Foucault. A primeira diz respeito à noção de poder. O poder não é uma coisa, para Foucault. Não é algo que alguém possui ou que representa uma espécie de intencionalidade transcendental em relação aos dispositivos utilizados. No máximo, como dirá Foucault em diversas ocasiões, o poder, como tal, não existe. Ele é o sistema – mais ou menos organizado, mais ou menos hierárquico, mais ou menos coordenado e, de qualquer maneira, sempre reversível – das relações que tece e que mantém sob tensão.

Há pouco me referi a Ludwig Wittgenstein. Em uma conferência no Japão em 1978, cujo texto francês, *La philosophie analytique de la politique*, pode ser lido em *Dits et écrits* e que eu considero importante, Foucault aborda explicitamente o seu projeto, em particular para os seus possíveis desenvolvimentos futuros, da filosofia analítica da linguagem. Bem como Wittgenstein, que se nega a questionar o ser da linguagem para refletir sobre o “uso cotidiano” das palavras e das regras que governam os jogos linguísticos, Foucault tem como objetivo não somente analisar a estrutura profunda do poder, mas a sua fórmula definitiva ou a sua substância, e os diferentes *jeux* de tática e de estratégia ligados a ele e que marcam “la trame de notre vie quotidienne” (DEII, 452). O poder é um puro exemplo de circulação: ele divide, ordena, coordena. Tão presente na nossa vida que se torna imperceptível, se alguma coisa – algo como um reagente, um “catalisador químico”, que Foucault utilizará em outra ocasião (*Le sujet et le pouvoir* (1982), DE II, 1044) – não o deixa visível. O reagente que viabiliza o poder nas formas locais e específicas do seu exercício é a *resistência* que a ele é oposta, a linha de fuga, como Deleuze chamará, que deve ser buscada continuamente. Disto deriva uma série de consequências importantes. Muitas das quais estão perfeitamente registradas por Gilles Deleuze no texto sobre o dispositivo que mencionei no início. A primeira é que Foucault, em outra ocasião, identificado por Deleuze como um “cartógrafo” (F, 31-51), pensa por linhas. Um dispositivo é uma bobina (*écheveau*, escreve Deleuze); um conjunto multilinear composto por diferentes traços.

Independentemente do fato que Foucault fale de dispositivos concretos, prisões, hospitais, asilos ou divisões da sexualidade, a questão são os vetores, derivações, mudanças de dire-

ção. Trata-se de forças, um dispositivo diferente, um esquema de composição dos mesmos, uma relação, um nó. Saber, poder e subjetividade, as três instâncias que podem ser totalmente reconduzidas, no arco da sua trajetória, na pesquisa de Foucault, não são campos cujo perímetro pode ser fechado, mas correntes de variação que se envolvem, umas com as outras, e que são subtraídas umas das outras. (Deleuze, D, 185). Nessa perspectiva, Deleuze identifica no poder uma espécie de terceira dimensão do espaço: coisas e palavras se relacionam entre si de acordo com as curvas de enunciação que se relacionam com os saberes e, nos saberes, as forças do poder se expressam na direção da relação que os une. As linhas que se conectam, dizíamos. E que partem novamente a partir do ponto de conexão em que haviam se encontrado. Deleuze destaca um elemento crucial desta filosofia “cartográfica” de Foucault. O mesmo tema, relevante e de extrema importância nos últimos anos de Foucault, quando radicalizou o seu projeto de pesquisa. Para mim isso não significa que Foucault tenha sido culpado, como dito após a sua morte, pela falência ou uma retração “impolítica”, sendo um dispositivo. Se o poder e o saber, enquanto reais, não são “coisas”, mas condensações, cruzamentos, nós multilineares de vetores e direções – a genealogia, eu recorro, é ligada a “Etnstehung” e a “Herkunft”, com “origens” e “imersões”, não com a “origem” (“Ursprung”) das coisas relativas. (N, 1004-1024) – o mesmo sujeito não pode ser pensado como uma “natureza” ou como uma substância. O sujeito é, como disse acima, uma linha, uma linha de fuga. Por isso o termo foucaultiano que identifica o sujeito, quando prevalece na sua análise não o mecanismo de subjugação, a fábrica do sujeito que saberes e poderes colocam em movimento dobrando a sua resistência, disciplinando a força, normalizando o excesso de vida, mas o caminho pelo qual o sujeito se faz e se produz livremente, não como uma consciência ou interioridade, mas como um projeto ou uma flexão da inventividade e da liberdade, tornando-se o “processo de subjetivação”.

Por sua vez, uma linha de subjetivação é um processo e um “dispositivo”. O Eu, escreve Deleuze, não é para Foucault nem um saber e nem um poder. Ele coincide com um processo de individuação, singular ou coletivo, que é definido como uma *subtração* das relações de força estabelecida por saberes e poderes que *dobra e desdobra* os padrões ou convenções de uma época ou de um específico momento histórico. O sujeito é resultado de uma série e aciona outras séries possíveis. Ele mesmo é um dispositivo, porque se conecta e aciona outras multiplicidades e forças.

Com isso aprofundamos o que Deleuze chama de “filosofia dos dispositivos”. Gostaria agora de retomar a ideia e demonstrar de forma esquemática alguns corolários que dela derivam. O

primeiro seria uma posterior radicalização implícita wittgensteiniana da filosofia analítico-política que Foucault, na citada Conferência japonesa de 1978, traça como seu projeto próprio. O poder, como a linguagem, não possui uma externalização. Ele circula como uma fórmula de partição e de ligação entre os vetores de força e não tem uma direção predeterminada. Eu posso neste momento exercer o poder – eu falo, alguns de vocês me ouvem, estou na frente de vocês, tenho vontade de sorrir... como uma “autoridade” – e nesta situação eu também sofro com o poder: não falo português, eu sou um estrangeiro aqui no Brasil, posso, em qualquer momento, ter um mal-estar e cair nas mãos de um médico... Mas se é verdade que não existe a externalização do poder, também é verdade que para Foucault os dispositivos que fundamentam o seu exercício são sempre bilaterais e reversíveis, porque o poder é uma relação. A segunda consequência é que toda a análise de Foucault – tratando da reconstrução de “campos epistemológicos”, de “positividade” ou de “dispositivos” – é integralmente histórica, mas não conhece o universal, ou seja, categorias, conceitos ou substâncias que possam ser pensadas como constantes no vórtice da variação. Cada dispositivo representa o posicionamento mútuo de forças.

Aquilo que a filosofia tradicionalmente chama de “verdade”, “tudo”, “sujeito”, “objeto” são simplesmente processos únicos de veridicção, totalização, subjetivação, objetivação, imanentes ao arranjo que se realiza por meio deles.

Parece-me, portanto, que quando Agamben, no decorrer de sua palestra, qualifica o termo “dispositivo” como o último universal presente em Foucault, isto não se justifica, pois, como veremos daqui a pouco, passará a pensar por conta própria. Para Foucault cada dispositivo é um posicionamento; o modo pelo qual se realiza a multiplicidade segundo a singularidade que é uma sua característica e que a distingue de outros processos em outros dispositivos. Por isso, para Deleuze o terceiro e último corolário é considerado como o primeiro dos intérpretes. A crítica dos universais e a centralidade sobre o porvir são as precondições de uma filosofia da inventividade. Estamos sempre amarrados a dispositivos, mas dentro deles *agimos* e isso significa que, em cada situação em que nos encontramos, é necessário distinguir o que somos – isto é, aquilo que de fato não somos mais – e o que seremos. Esta não é uma interpretação forçada de Deleuze. A última obra de Foucault – aquela da “trip greco”, como o próprio Foucault chamará com certa ironia – trabalha exatamente sobre essa hipótese. Pensar o sujeito não como autêntico ou com uma interioridade – nestes termos Foucault chega a um acordo com Heidegger –, mas como a linha de chegada de uma tensão constituinte que utiliza uma força e, como na metáfora estoica, olha para o EU como um alvo de um arqueiro, e não como uma base. O estoico ou o cínico como atleta do

evento fiel à própria vicissitude e à filosofia como um dispositivo de subjetivação: a referência à tardia Antiguidade é um aprimoramento da filosofia e uma politização da vida, não o sintoma de uma derrota de Foucault.

Retomo Deleuze porque há um último item que eu gostaria de enfatizar. Trata-se da distinção entre “histórico” e “atual”. Foucault disse muitas vezes que o que lhe interessava era praticar uma filosofia fora de si mesmo, integralmente *política* e integralmente *histórica*. Uma filosofia na história e não fechada na sua própria tradição, porque a verdade é intrínseca no mundo. Deleuze elabora esta posição de Foucault pensando o dispositivo como aquilo que coloca em relação à parte da *história* (o que somos e no que nos transformamos, isto é, o que deixamos de ser continuamente) e a parte do *atual* (isto é, o que estamos nos tornando, a linha a qual estamos constantemente nos antecipando, de acordo com o futuro do presente, isto é, o que está por vir).

Esta diferença é muito importante porque nos permite compreender não só a importância atribuída por Foucault ao trabalho histórico, por assim dizer, o isolamento e a análise dos “arquivos”, onde são coletados os testemunhos do passado e a sua permanência continuada como virtualidade no presente ao qual pertencemos, mas também a absoluta centralidade daquela que chamei anteriormente de *política da filosofia* capaz de ver, com um só olhar vertical de águia, as lacunas no presente onde podemos prever o futuro (em castelhano: S. Chignola, *Política de la filosofía*, “Caja Muda”, n. 6, febrero 2014: <http://www.revista-cajamuda.com.ar/archivos/articulos/chignola.html>). A relação entre liberdade e poder é uma luta corpo a corpo que mantém continuamente em tensão os processos e que determina os posicionamentos, as *dis-posições intrínsecas*, atravessando o campo histórico.

Quando Agamben, na abertura da conferência, retoma o título do texto de Deleuze, isola os três pontos em que resume o significado do termo “dispositivo” de Foucault e agrupa alguns dos elementos fundamentais que citamos. Mas é como se quisesse, quando escolhe *reescrever* Deleuze, fato confirmado pela escolha do título, desde o início, dar um toque ao tema de Foucault. Ele nos diz que para Foucault um dispositivo é: 1. “Um conjunto heterogêneo, que virtualmente inclui praticamente tudo, linguística e não linguística da mesma maneira: discursos, instituições, edifícios, leis, leis policiais, proposições filosóficas, etc. O aparelho em si é a rede que se estabelece entre esses elementos”; 2. Ele “tem sempre uma função estratégica concreta e se inclui sempre em uma relação de poder”; 3. “Como tal, é o resultado da intersecção entre as relações de poder e as relações do saber” (D, 7). Um dispositivo que para Agamben é basicamente um “termo técnico essencial do pensamento de Fou-

cault”, um “conceito de operações”, especialmente escolhido para que ele contenha toda a semântica jurídica, tecnológica e militar que corresponda ao seu uso em francês. Um dispositivo é, no léxico do processo judicial, a parte da sentença que, ao final de um julgamento, decide e determina; no vocabulário tecnológico, um equipamento; no contexto militar designa o conjunto dos meios disponíveis conforme uma estratégia (D, 13-14).

No entanto, o que mais interessa para Agamben é a relação que pode ser estabelecida em Foucault entre o aumento da crescente frequência do uso do termo dispositivo e o diagnóstico que descreve a progressiva governamentalização do poder. Para falar de “governamentalidade” – o conceito que Foucault introduz na segunda metade da década de 1970 para aludir à perda da centralidade da soberania e da forma-de-lei e as novas semânticas do poder no sentido administrativo, econômico e biopolítico –, porém, seria necessário outro seminário e é algo que não posso fazer agora. Em relação ao que poderíamos dizer sobre este tema e para os interessados indico o meu próximo livro (*Foucault oltre Foucault. Una politica della filosofia*, 2014). O que interessa a Agamben é a ligação que pode ser estabelecida entre “dispositivo” e “biopolítica”.

Este é o jogo que Agamben e Foucault jogam. Quero dizer: a maneira pela qual Agamben deixa Foucault para pensar por conta própria, mudando o núcleo conceitual de Foucault e as categorias de “dispositivo” e “biopolítica”. Um dos pilares metodológicos de Agamben – ele afirma em muitos de seus escritos – é definido por uma proposta de Feuerbach. Feuerbach convida a identificar nos textos e nos contextos utilizados por um autor, para descobrir os elementos de interesse, o ponto no qual se anuncia o que ele chama de “Entwicklungsfähigkeit”, uma potência em desenvolvimento.

Existe um *locus* e um momento no qual o pensamento do autor que estamos lendo e o pensamento do leitor tendem a se confundir e, usando uma expressão que aparece em todos os pontos de articulação e do momento decisivo da reflexão de Agamben, eles ficam “indeterminados” um no outro, tornando-se impossível (“indizível”, ele diz) distinguir o autor e o intérprete. Talvez se possa dizer que Agamben, leitor extraordinário, colecionador de citações, assim como Walter Benjamin, uma referência para ele, trabalha metodicamente os textos nos quais fixa sua atenção, com o objetivo de neles encontrar a centelha do brilho que nos permite compreender aquele “momento especialmente feliz”, em que sabemos “que é hora de abandonar o texto que está sendo analisado e proceder por conta própria” (D, 21).

Portanto, não me interessa a filologia. Isto é, avaliar com vocês quanto os conceitos de “dispositivo” e “biopolítica” empregados por Agamben forcem o texto de Foucault ou se distanciem do mesmo. Em vez disso, vou tentar dar conta de algumas

passagens do “pensar por conta própria” de Agamben em torno desses conceitos, para descobrirmos a sua importância para nós. Com Foucault, eu acho que a filosofia não é para compreender, mas para tomar uma posição, se for a verdade deste mundo. E o que me interessa não é, portanto, escolher Foucault ou Agamben, mas avaliar o quanto da filosofia do dispositivo pode servir para abrir o “espaço da ação humana, que uma vez tomou para si o nome da política”, conforme Agamben (SE, 112).

Retorno, então, à conferência agambeniana. E, em particular, ao ponto de ruptura, onde o caminho de Agamben se bifurca com o de Foucault. Com uma mudança abrupta Agamben coloca a existência de dois grandes grupos ou classes que dividem o existente: de um lado os seres humanos, do outro, os dispositivos “onde são capturados constantemente” (D, 21). Se por um lado é bastante simples aceitar a definição geral dos seres vivos – a esta altura Agamben ainda não utiliza a distinção aristotélica, tomada de Hannah Arendt, entre os dois termos usados em grego para falar sobre a vida, isto é, “bíos” e “zoé” –, o mais complicado é perceber o que se entende por “dispositivo” e por “captura”. Ele imediatamente nos dá a seguinte definição: “Eu literalmente chamo de dispositivo qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, comportamentos, opiniões e discursos dos seres vivos” (D, 21-22).

Desta definição geral, podemos tratar de duas coisas. A primeira diz respeito à organização binária – consequência da divisão que acabamos de falar – da conceituação. De um lado os seres vivos, do outro os dispositivos. Dispositivos entre os quais Agamben inclui não apenas fábricas, escolas ou prisões, seguindo os exemplos de Foucault, mas também a escrita, a filosofia, o charuto toscano que eu fumo, os telefones celulares e até mesmo a linguagem *tout court*: “talvez o mais antigo dos dispositivos, quando há milhares e milhares de anos, um primata (...) teve a inconsciência de se deixar capturar” (D, 22). O segundo aspecto claramente unidirecional, *nunca reversível*, do vetor da captura, da orientação ou do governo. O sujeito, para Agamben, esculpe um terceiro espaço nesta divisão entre a vida e o dispositivo: “eu chamo de sujeito aquilo que é resultado do corpo a corpo” – aqui o corpo a corpo não constitui uma forma de luta, mas sim a adesão de um contato – “entre os seres vivos e os dispositivos”, diz ele.

E acrescenta: “a proliferação infinita de dispositivos do nosso tempo reflete igual e vasta proliferação de processos de subjetivação” (D, 23). Isto é, o mesmo indivíduo pode ser simultaneamente muitas coisas, dependendo do dispositivo que, capturando-o, registra uma “máscara”, em vez de uma identidade. Posso ser um professor, ativista político, usuário de computador, fumante, conforme a máquina com a qual me pareço a

cada vez, e conectado pelo equipamento ou pelo dispositivo que “controla” os meus gestos, a minha autopercepção, o meu estilo. Subjetivação, aqui, tem um significado muito diferente do que para Foucault: o termo coincide com uma “sujeição”, uma passivação.

Em Agamben fica escondida, mas não muito, não só uma tentação “metafísica” muito distante da genealogia de Foucault, mas uma visão bastante catastrófica do momento em que vivemos. Por um lado esse vórtice circular de máscaras que coincide com a linguagem que gira no vazio, que Agamben chama juntamente com Debord de a “sociedade do espetáculo em que vivemos”; por outro lado, a definição da atual fase do capitalismo como atravessada por poderosos dispositivos de “dessubjetivação” pelo consumo (D, 30-31).

Aqui estamos muito distantes de Foucault. Foucault define os anos 1980 como a “era da governamentalidade” em oposição a Debord, mas também toda a sua análise dos dispositivos trabalha com a ideia de que o dispositivo, para funcionar, deve ligar-se à liberdade do sujeito para compatibilizá-la, governá-la, orientá-la para uso geral, mesmo considerando-a como algo intransponível para o poder. Os processos de subjetivação – as linhas de fuga que por um momento o poder conecta por meio de seus dispositivos – nunca são neutralizados pelo que os governa, ao contrário, é justamente a dificuldade de pensar contemporaneamente a força indomável dos governados e um poder incapaz de manter a *fictio* da soberania (monopólio da violência legítima, irresistibilidade da vontade geral, expressão da vontade individual pela vontade geral do povo) para exigir uma “governamentalização” dos dispositivos do Estado (quem quiser aprofundar o tema pode ler meu texto em castelhano: *A la sombra del estado. Governance, gubernamentalidad, gobierno*, in: C. Altamira, *Política y subjectividad en tiempos de governance*, Buenos Aires, Waldhuter, 2013, 401-431). Foucault leva muito a sério, vale a pena citar, a centralidade do “governado” nos processos de perda de soberania pós-representativa da política, iniciado com o final dos movimentos sociais dos anos 1970... (para aprofundamento indico também, neste caso, meu texto: *Michel Foucault y la política de los gobernados. Gubernamentalidad, formas de vida, subjetivación*, “Deus Mortalis”, 9, 2010, 223-260).

Mas não é sobre isso que falaremos hoje. Volto, portanto, a Agamben. As sociedades contemporâneas, diz ele, “se apresentam como corpos inertes atravessados por gigantes processos de dessubjetivação, onde não existe nenhuma subjetivação real” (D, 32). É realmente assim? Pessoalmente, eu não acredito nisso. E não apenas porque faço parte daqueles que entendem os movimentos migratórios como linhas de fuga subjetivas, como desejos concretizados, mas porque a sociedade industrial,

ao menos no Ocidente, acabou, pois o tipo de disciplina que correspondia a ela demonstrou não ter mais condições de lidar com a insubordinação, nem de moldar os comportamentos dóceis e submissos. Um rápido olhar para os anos 1960 e 70 na Europa seria suficiente para provar isso.

E, além disso: nos últimos anos os poderosos movimentos da subjetivação pós-colonial chacoalharam o Magreb e o Oriente Médio, os terremotos da politização radical interromperam o grande *recit* de mercado, ou ainda, aqui no Brasil, o espetáculo da Copa do Mundo, os mecanismos financeiros se esforçam para capturar o valor que a cooperação e a autonomia da obra cognitária subjetivamente produzem. Talvez a cena do capitalismo global não seja tão terrível e desesperadamente pacífica como parece ser para Agamben.

O que deve ser observado é que, para Agamben, a tendência biopolítica fundamental não é, como para Foucault, a responsabilização da administração e do governo em relação ao bem-estar da população – disto se trata na genealogia pós-disciplinar da política iniciada por Foucault nos *Corsi* no Collège de France de 1977-78 e 1978-79. A característica desta mecânica de des-subjetivação é induzida pela captura da vida. Parece-me extremamente sintomático que Agamben encontre um impasse no raciocínio de Foucault sobre biopolítica justamente onde ele não teria condições de compreender uma possível reversão da própria tanatopolítica. Na perspectiva de Agamben, o dispositivo é uma máquina de dessubjetivação radical, considerando um complemento da estrutura de soberania que funciona como uma máquina biopolítica absoluta.

É possível identificar dois momentos dessa reflexão. O primeiro diz respeito à soberania. Sabe-se que, desde o primeiro volume do *Homo sacer*, Agamben reencontra no campo – *lager*, centro de detenção para imigrantes ilegais, *zone de attente* nos aeroportos internacionais – o paradigma biopolítico do Ocidente: o campo e não a cidade como um lugar de política. No campo a diferença entre “zoê” e “bíos” e a “vida nua” é indeterminada, onde a casa e a cidade são terra de ninguém – isto é, conforme a base aristotélica da política entre *oikonomia* e *polis*, entre o espaço de reprodução e espaço político – emerge o ponto de vista da soberania como o elemento político originário (HS, 101).

A soberania produz a exceção na qual se baseia, separando novamente o cidadão do ser vivo. Esse resultado reflete o que Foucault não seria capaz de explicar, ou seja, o bem-estar, responsabilidade do poder durante o século XX, pode se transformar em fúria assassina – como de fato aconteceu com o nazismo –, representando ao mesmo tempo a soberania em si, resumida em um poder de vida e morte absolutamente legítimos e a máxima radicalização do processo de dessubjetivação do trabalho no seu dispositivo. O segundo momento é exata-

mente isso. No livro dedicado a Auschwitz, o “arquivo” de Foucault é oposto à biopolítica, à “testemunha”, e Agamben segue este processo de dessubjetivação até chegar à figura extrema do “muçulmano”: um preso no campo de extermínio afásico, sem consciência de si e dos outros, a vida nua agora lançada à câmara de gás.

Aqui não está em discussão simplesmente a história, como Agamben implicitamente imputa a Foucault, mas uma “intencionalidade biopolítica fundamental” que organiza a passagem do povo à população e da população à vida nua, que pode ser morta, onde nada sobra do sujeito. Para Agamben é uma “substância biopolítica absoluta”, aquela que a testemunha do campo, na sua subjetivação paradoxal de derrotado nos transmite (AUS, 79-80). Se para Foucault a biopolítica funciona como a abertura de um campo de ação para o Estado que inclui a população, entendida como massa demográfica e como a soma de interesses individuais e coletivos, como o objeto de um regulamento para além da definição formal e jurídica de povo, para Agamben a passagem do segundo ao primeiro comporta uma redução progressiva do sujeito à sua vida natural e a prisão através dos dispositivos técnicos de poder, de qualquer resíduo que ainda permaneça subtraído à sua ação.

O dispositivo – qualquer dispositivo que dessubjetivamos – leva a uma divisão. Se o dispositivo da soberania separa a vida do cidadão da vida nua que leva à exceção, qualquer dispositivo tecnológico, conforme a conferência de Agamben, mantém a separação entre homem e animal, induzida pela antropogênese. O animal está perfeitamente adaptado ao seu meio ambiente e por isso não tem um mundo, entendido como o espaço aberto de possibilidades. O *ambiente* animal está *constituído de tal modo* que *nele nada* pode manifestar-se como pura possibilidade, escreve Agamben (A, 71). O homem, inibindo a sutura instintiva do animal, obtém um mundo, mas à custa de uma separação que se reproduz quando se opera qualquer dispositivo. Isto significa que o homem é sempre capturado por eles. E a linguagem, como eu mencionei acima, se revela como o primeiro dispositivo de captura. A antropogênese, a abertura às possibilidades do mundo, é produzida através da suspensão e desativação da animalidade e do homem falante – a “anthropos politikón zōon kai logon echon” de Aristóteles – imediatamente capturada na linguagem, exclui o próprio mutismo como não humano ou como resíduo animal (A, 40).

O que têm em comum a máquina biopolítica, a língua e os milhares de “dispositivos” com os quais interagimos todos os dias? Nada, pode parecer. Para Agamben, no entanto, há algo que os une. E, em especial, o funcionamento de uma dessubjetivação radical que sempre retoma a vida produzindo a “nudez”, a animalidade, e que não pode ser desconstruída, porque qual-

quer processo “constituente”, qualquer alegação de direitos, qualquer pretensão de “dar forma” à liberdade levariam novamente à repetição de uma infinidade má, à mesma operação e à mesma captura. Somente uma *profanação* desta lógica do sagrado – o sagrado da soberania, da propriedade e dos bens – poderia desativar o código por meio do qual gira o funcionamento dos dispositivos. Profanar significa, no direito romano, devolver ao uso comum o que foi previamente separado na esfera do sagrado. No sentido mais amplo, *des-aplicar* a lei e a soberania.

A perspectiva que Agamben defende é uma perspectiva anárquica e messiânica. Não por acaso um de seus textos de referência é *Zur Kritik der Gewalt* de Walter Benjamin. Nele, Benjamin contrapõe a violência que define e que mantém o direito, uma “reine Gewalt”, uma “violência pura” qualificada como tal, porque é um meio, um meio sem fins. Pura é a violência que não está relacionada ao meio e ao fim, mas que “está relacionada à sua própria medialidade”, isto é, como aquilo que se atesta como mera “exposição e deposição” da relação entre violência e lei (SE, 80-81).

É como se a “Entwicklungsfähigkeit” que Agamben atribui ao conceito de dispositivo de Foucault atingisse o seu ponto de chegada. Não é possível atribuir mais nada à política, se não esta ética da profanação desencarnada de qualquer sujeito. Só podemos dizer que o sujeito funciona como parte do dispositivo que dessubjetiva. Uma passivização implícita, na qualidade de falante que marca o sujeito e o toma como refém. Muito diferente é a filosofia do dispositivo de Foucault, que abre outras possibilidades, parece-me. Importante dizer que a “grande besta” do poder nunca consegue realizar, ou pré-moldar, aquilo que o corpo pode fazer; ou seja, o que a radical, incapturável linha de fuga, a liberdade, como forma-de-vida, tem condições de fazer.

Abreviações

A = Giorgio Agamben, *L'aperto. L'uomo e l'animale*, Torino, Bollati Boringhieri, 2002.

AUS = Giorgio Agamben, *Quel che resta di Auschwitz. L'archivio e il testimone*, Torino, Bollati Boringhieri, 1998.

D = Giorgio Agamben, *Che cos'è un dispositivo*, Roma, notte-tempo, 2006.

Deleuze D = Gilles Deleuze, *Qu'est-ce qu'un dispositif?*, in AA-VV., *Michel Foucault philosophe*, Paris, Seuil, 1989, 185-195.

DEII = Michel Foucault, *Dits et écrits II, 1976-1988*, Édition établie sous la direction de D. Defert et F. Ewald avec la collaboration de J. Lagrange, Paris Gallimard, 2001.

F = Gilles Deleuze, *Foucault*, Paris, Minuit, 1986.

HS = Giorgio Agamben, *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*, Torino, Einaudi, 1995.

MC = Michel Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

MSF = Giorgio Agamben, *Mezzi senza fine. Note sulla politica*, Torino, Bollati Boringhieri, 1996

N = Michel Foucault, *Nietzsche, la généalogie, l'histoire* (1971), ora in Michel Foucault, *Dits et écrits I, 1954-1975* [= DEI], Édition établie sous la direction de D. Defert et F. Ewald avec la collaboration de J. Lagrange, Paris Gallimard, 2001.

SE = Giorgio Agamben, *Stato di eccezione, Homo sacer*, II. 1, Torino, Bollati Boringhieri, 2003.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 46 – *Consequências do Outono: rua, juventude e desencanto político*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 89 – *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher*

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 49 – *A Dádiva de Si e a “Juventude”*: uma etnografia sobre movimento escoteiro – Caio Fernando Flores Coelho



Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 213 – *A relevante herança social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider



Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori* – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Kruschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesselring* *Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx

- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro

- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhese
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Favero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingos
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva

- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D’Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider



Sandro Chignola é professor de Filosofia Política no Departamento de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Psicologia Aplicada na Universidade de Pádua (Università di Padova) – Itália. É doutor em História do Pensamento Político. Realizou pós-doutorado na École des Haute Études en Sciences Sociales e na École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines. Faz parte do Conselho Editorial de várias revistas, incluindo: Filosofia Política, Contributions to the History of Concepts, Politica & Società, Materiali foucaultiani, Res Publica: Revista de Filosofia Política.

Algumas obras do autor

CHIGNOLA, S. *Foucault oltre Foucault*. Seminari, Roma, DeriveApprodi, 2014 (in stampa). _____ . «*Etwas Morsches im Recht*». *Sur la violence et le droit*, in Petar Bojanić et Guillaume Sibertin-Blanc (dir.), *De la terreur à l'extrême-violence*, Toulouse, EuroPhilosophie / Belgrade, Institut de Philosophie et de Théorie Sociale, coll. «Champs&contreChamps», 2014, pp. 57-70.

_____. *Entre America y Europa. Tocqueville y la historia del concepto de democracia*, «Res Publica», Revista de Historia de las Ideas Políticas, 17, 1, 2014, pp. 99-114.

_____. *Michel Foucault e la politica dei governati. Governamentalità, forme di vita, soggettivazione*, in *Pensare il presente, riaprire il futuro. Percorsi critici attraverso Foucault, Benjamin, Adorno, Bloch*, a c. di Giulia Gamba, Giuseppe Molinari, Matteo Settura, Milano, Mimesis, 2014, pp. 99-137.

_____. *Governabilità. Della resistenza irriducibile del governato*, in *Genealogie del presente. Lessico politico per tempi interessanti*, a c. di Federico Zappino, Lorenzo Coccoli e Marco Tabacchini, Milano, Mimesis, 2014, pp. 113-123.

Outras publicações

CHIGNOLA, S. *É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI: entrevista (22/09/2014)*. IHU On-line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Junges e Patricia Fachin. Tradução de Moisés Sbardelotto.